

**BREVES VIESES CONCEITUAIS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

*Leila Alves da Costa Monteiro* (OAB-TO)  
[leilacolinas@hotmail.com](mailto:leilacolinas@hotmail.com)

*Marcondes Coelho Feitoza* (IFAM)  
[marcondes.feitoza@ifam.edu.br](mailto:marcondes.feitoza@ifam.edu.br)

*Israel de Paula Maia* (IFTO)  
[israelmaia@ifto.edu.br](mailto:israelmaia@ifto.edu.br)

*José James Torres da Silva* (IFTO)  
[jjamestorres1@hotmail.com](mailto:jjamestorres1@hotmail.com)

*Taísa Resende de Moraes Vieira* (IFTO)  
[taisa.vieira@ifto.edu.br](mailto:taisa.vieira@ifto.edu.br)

*Paulo Hernandes Gonçalves da Silva* (IFTO e UFT)  
[paulohg@ifto.edu.br](mailto:paulohg@ifto.edu.br)

**RESUMO**

Este artigo evidencia vieses conceituais acerca das políticas públicas que propiciam a qualidade da educação brasileira, em perspectivas reflexivas e críticas. Observa-se que a busca por um ensino em níveis de excelência é uma dimensão que precisa ser alcançada pelos envolvidos em sistemas educacionais. Objetivou-se fazer análise discursiva de políticas públicas que promovem a valorização de uma educação de qualidade. Compreende-se que aquela universalização dos direitos sociais ocorrida no advento da Constituição Federal de 1988, obteve novas projeções no que diz respeito ao ensino, inclusive, por reconhecer que o direito à escola representa acesso e permanência, mas principalmente, garantia do padrão de qualidade. A metodologia se deu pela a revisão bibliográfica, nas considerações conceituais e em recortes de redes sociais que demonstram a relação entre educação e eficiência no ensino. Dentre os resultados obtidos tem-se a necessidade da concepção de meios legítimos de distribuição desse bem social que é a educação escolar, de forma gratuita e democrática.

**Palavras-chave**

Conceito. Educação. Políticas públicas.

**ABSTRACT**

This article highlights conceptual biases about public policies that provide the quality of Brazilian education, in reflective and critical perspectives. It is observed that the search for teaching at levels of excellence is a dimension that needs to be achieved by those involved in educational systems. The objective was to make a discursive analysis of public policies that promote the appreciation of quality education. It is understood that the universalization of social rights that occurred in the advent of the Federal Constitution of 1988, obtained new projections with regard to education, including by recognizing that the right to school represents access and permanence, but mainly, guarantee of the standard of quality. The methodology was based on a literature review, conceptual considerations and clippings from social networks that demonstrate the

**relationship between education and teaching efficiency. Among the results obtained is the need to design legitimate means of distributing this social good, which is school education, in a free and democratic way.**

**Keywords**

**Concept. Education. Public policies.**

***1. Considerações iniciais***

Preliminarmente, destaca-se que as políticas públicas precisam ser compreendidas e trabalhadas, incluindo aqui, em especial, sua variante social (políticas sociais) que remetem à ideia do estabelecimento de uma melhor condição socioeconômica aos beneficiados – que diante das distintas desigualdades apresentam fragilidade (e limitação) na reivindicação de seus direitos sociais – pelas mesmas. Além disso, essas políticas carecem de avaliação sistemática, o que exige grande esforço de análise, por serem complexas e variadas (Cf. CALDAS, 2008).

A ideia de política pública é algo complexo, pois não há uma teoria completa e definida sobre o tema, mas sim vários conceitos que formam o que pode ser traduzido como política pública. As políticas públicas estão diretamente associadas ao Estado. Contudo, há outros atores que agem na construção delas, tanto de cunho privado como público.

E com isso, para entender o papel do Estado na formulação de políticas públicas é importante pautar o conceito e seu histórico no decorrer dos séculos. Dessa forma, consideram-se os estudos de Dallari (2013) como ponto de partida, uma vez que o autor se dedicou a traduzir, didaticamente, as várias concepções existentes em relação à época e aos motivos que determinaram seu surgimento.

Quanto à época, explicita Dallari (2013), dentre as várias teorias apresentadas, três são fundamentais: a) sempre houve a existência do Estado e da Sociedade; b) o Estado constituiu-se para satisfazer as necessidades de grupos sociais; e c) o conceito de Estado é histórico e concreto, tendo surgido quando da ideia e a prática da soberania, não podendo ser entendido como geral e válido para todos os tempos.

No que se refere aos motivos, o autor menciona a existência de teorias as quais afirmam tanto a formação natural, quanto a formação contratual do Estado. Na perspectiva de Dallari (2013), o Estado é formado por contratos que regulam a sociedade e originado pela vontade humana, e aspira o bem geral que lhes é próprio, ou seja, o bem comum.

Assim, o homem realiza pactos e contratos visando o interesse público surgindo, assim, as ações sociais, como no caso das políticas públicas para a educação, foco desse artigo.

Portanto, o presente artigo se justifica fazer análise discursiva de políticas públicas que promovem a valorização de uma educação de qualidade. Compreende-se que aquela universalização dos direitos sociais ocorrida no advento da Constituição Federal de 1988, obteve novas projeções no que diz respeito ao ensino, inclusive, por reconhecer que o direito à escola representa acesso e permanência, mas principalmente, garantia do padrão de qualidade.

## **2. Os caminhos metodológicos da pesquisa**

Para a consecução de pesquisas científicas, considerando os procedimentos de investigação, várias são as modalidades que podem ser adotadas pelos pesquisadores, dentre elas a pesquisa bibliográfica, conforme cita Fontana (2018). A referida modalidade de pesquisa é adotada, praticamente, em qualquer tipo de trabalho acadêmico-científico, uma vez que possibilita ao pesquisador ter acesso ao conhecimento já produzido sobre determinado assunto.

Ocorre ainda a produção de pesquisas científicas que se fundamentam exclusivamente na pesquisa bibliográfica, buscando nas obras teóricas já publicadas as informações necessárias para dar respostas aos problemas de estudo estabelecidos pela investigação (Cf. GIL, 2002), e que é ponto relevante deste tratado.

Nesta perspectiva, com base em Fiorin (1990), o discurso é um dos aspectos da materialidade ideológica, por isso, ele só tem sentido para um sujeito quando este o reconhece como pertencente a determinada formação discursiva. Os valores ideológicos de uma formação social estão representados no discurso por uma série de formações imaginárias, que designam o lugar que o destinador e o destinatário se atribuem mutuamente.

E relevante metodologicamente também o uso das redes sociais como base para a pesquisa. Essas conexões de comunicação, por exemplo, conforme Juliani (2017), permite que o ambiente de pesquisa tenha uma estatística bem diversificada do andamento de sua página na rede social, através dela é possível ter uma base e possibilita analisar, se o grupo tem sido construtivo e se tem atingido as metas e alcances

desejados de visualização pela sociedade, bem como pode mensurar o engajamento nas publicações, o que remete também aos aspetos qualitativos da pesquisa em linguagem.

### 3. *Políticas públicas: as prerrogativas conceituais*

As políticas públicas são então discutidas e estudadas enquanto um sistema que recebe *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, e que, por sua vez, influenciam seus resultados e efeitos. (Cf. EASTON, 1965). São ponderadas como um campo dentro do estudo da política que visa analisar o governo por meio de problemas de ordem pública (Cf. MEAD, 1995); como um conjunto de ações governamentais que poderão produzir efeitos peculiares (Cf. LYNN, 1980); ou como somatório das ações governamentais realizadas por agentes políticos que atuam de forma direta, influenciando a vida dos cidadãos (Cf. PETERS, 1986).

Assim, do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia (Cf. LYNN, 1980).

Com isso, as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos (Cf. PETERS, 1986).

A este respeito, tem-se a conceituação assertiva, que segue:

[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento), orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as

intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas (TEIXEIRA, 2002, p. 2)

A referida assertiva que apresenta o conceito de política pública está fundamentada no pressuposto de que o Estado pode e deve ser o agente fomentador da implementação, regulamentação e preservação do interesse público pelas políticas de bem comum, consoante ao que se apresenta na figura 1:

Figura 1: Processo de Política Pública.



Fonte: Spicker (2014, p. 12).

Na análise da figura 1, observa-se uma representação cíclica do processo de uma determinada política pública, colocada em prática a partir do planejamento até sua implantação. Tal ciclo, aqui resumido, foi inicialmente proposto pelo Britânico Paul Spicker (2014), nos sete estágios demonstrados.

Caldas (2008), as políticas públicas são apresentadas com uma seqüência lógica desde seu início, começando pelas organizações da sociedade, que possuem demandas a serem atendidas, ocorrendo um levantamento de interesses muitas vezes contrários, em que o processo de política pública mostra-se como forma moderna de lidar com as incertezas decorrentes das rápidas mudanças do contexto.

Destaca-se que o entendimento dos modelos e das teorias acima resumidos pode permitir ao analista melhor compreender o problema para o qual a política pública foi desenhada, seus possíveis conflitos, a trajetória seguida e o papel dos indivíduos, grupos e instituições que estão envolvidos na decisão e que serão afetados pelas referidas políticas públicas.

#### 4. *A qualidade da educação brasileiras: breves discursos críticos*

A educação de qualidade enquanto um direito constituído para todos, atende uma realidade divergente. A qualidade do ensino atuou como componente determinante na formação dos quadros políticos e administrativos do Estado. Frente a este cenário, ela não se inseriu como uma preocupação na pauta da sociedade ou do governo brasileiro, visto que a mesma atendia as necessidades que se apresentavam aos longos dos períodos históricos brasileiros

Nesta perspectiva, tem-se a seguinte caracterização:

Numa perspectiva social, a educação escolar pode ser considerada uma necessidade que gera uma demanda capaz de determinar uma oferta. Mas, nessa mesma perspectiva, fatores como a herança cultural, a ordem política e o próprio sistema econômico podem atuar de forma que orientem a demanda social de educação e controlem a oferta de escolas. Nesse sentido, não apenas a quantidade de bens produzidos em educação escolar, mas também o próprio conteúdo desses bens pode ser adaptado pelos fatos acima citados. (ROMANELLI, 1982, p. 26)

Beisiegel (2005), com pensamento similar, ao discutir a qualidade do ensino na escola pública esclarece que:

[...] de fato, as iniciativas adotadas pela administração pública do ensino, voltadas decididamente para a solução dos aspectos quantitativos das reivindicações, não atuaram com a profundidade necessária para dar ao sistema a qualidade e a organização adequadas. Pelo contrário, determinadas medidas adotadas pelos poderes públicos para a expansão da oferta de vagas na rede de escolas oficiais continuaram sendo postas em prática mesmo quando ocasionavam evidentes efeitos negativos na eficiência do ensino e na organização do sistema escolar. (BEISIEGEL, 2005, p. 22)

Por conseguinte, evidenciam-se as teorias aqui discutidas e sua relação com a prática dos estudantes que se vivem a realidade do ensino profissionalizante em seu cotidiano, conforme a análise que segue na figura 2:

Figura 2: Postagem sobre o livro como política pública.



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

A figura 2 foi retirada da rede social *Instagram*, cuja postagem se deu no dia 06 de abril de 2020, tendo um total de 49 (quarenta e nove) engajamentos, comumente chamada de curtidas ou *likes*, em que se percebe a valorização e propagação do livro. Destaca-se que pensar a leitura, a escrita e o próprio livro como assuntos de políticas públicas, implica reconhecer que esses elementos possuem valores positivos e não neutros nessa temática. Isso ocorre porque estão ligados a processos sociais que as convertem em poderosas ferramentas para o aprofundamento da democracia e da participação social.

Quanto à Constituição de 1988, observa-se que a educação é contemplada como direito social fundamental (Art. 6º), público e subjetivo, sendo a educação básica considerada obrigatória; desse modo, é expressa como direito do cidadão e dever do Estado e da família (Cf. BRASIL, 1988).

Para que a educação fosse declarada como direito social público subjetivo, um longo e árduo caminho foi percorrido, em que sua origem remonta à Alemanha do final do século XIX. Pondera-se uma capacidade reconhecida ao indivíduo em decorrência de sua posição especial como membro da comunidade, que se materializa no poder de colocar em movimento normas jurídicas no interesse individual. Em síntese, o direito público subjetivo confere ao indivíduo a possibilidade de transformar a norma geral e abstrata contida em determinado ordenamento jurídico em algo que possua como próprio. A forma de fazê-lo é acionando as normas jurídicas quanto aos direitos objetivos e subjetivos (Cf. DUARTE, 2004).

Outro aspecto significativo vem nas considerações de Abrita (2013), pois a administração pública deve ser cada vez mais voltada para a busca de eficiência na aplicação dos recursos que lhe são confiados. Com o crescente controle social, práticas de planejamento e governança são cada vez mais exigidos dos governos quando da aplicação dos recursos do Estado, de forma que seja possível suprir adequadamente as necessidades dos cidadãos que lhe confiaram seus impostos. Atualmente o orçamento público pode ser entendido como um instrumento político, e construído politicamente.

Ainda no que diz respeito aos investimentos a serem aplicados no âmbito da educação, a noção de políticas públicas deve considerar a importância de estruturas cada vez mais integradas, flexíveis e enxutas, em que o ambiente educacional seja suportado pela sociedade como um todo – e a sustentando, em via reversa – envolvendo diversas camadas de atores e exigindo ao mesmo tempo um aumento na produtividade e na

eficiência da aprendizagem. Destaque-se que educação deve ser vista como investimento, jamais gastos (SERDYUKOV, 2017).

Silva (2022) enfatiza que muitas políticas públicas e investimentos precisam ser avaliadas para concatenarem mais adequadamente com as realidades existentes. Tais políticas que vislumbrem os cidadãos de forma específica, levando em conta suas peculiaridades em termos socioculturais, linguísticos e históricos.

### 5. Considerações finais

Chegou-se à conclusão que a discussão apresentada, a partir do resgate de fatos históricos, é relevante para a compreensão dos embates que se travam no processo de entendimento sobre o papel do Estado como um agente fomentador, implementador e de preservação de políticas de bem comum, que tenham como objetivo o interesse social, como no caso da educação de qualidade.

Evidenciou-se que tendo como finalidade o desenvolvimento humano qualitativo, as políticas públicas buscam compreender toda e qualquer etapa voltada à formação humana, entendendo que a qualidade da educação deve ser considerada de forma sistêmica, um conjunto diligentemente elaborado, que engloba todas as modalidades e níveis de ensino, com dispositivos que permitam o processo de avaliação continuada dessa qualidade.

Compreendeu-se que os recursos e investimentos são necessários para que uma instituição de ensino funcione bem, seja investindo em materiais didáticos, em laboratórios, ou em um corpo docente mais qualificado, que vão servir de incentivo para os estudantes e facilitar a aprendizagem em todas as fases do processo, da educação infantil até a pós-graduação *stricto sensu*.

Merece aspecto conclusivo o fato de que a partir dos resultados, que não é suficiente a simples dedicação de mais recursos para a área, em tentativa de superar a problemática existente, e sim, fazer planejamento e uma política pública, a curto, médio e longo prazos, de forma a se assegurar a eficiência e eficácia.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRITA, M. B. Análise do investimento público em educação no Brasil de 2000 até 2011: uma abordagem de elasticidade-renda. *Revista Tecnologia e Sociedade*, v. 9, n. 17 (2013). Disponível em: [www.10.3895/rts.v9n17.2618](http://www.10.3895/rts.v9n17.2618). Acesso em: 12ago2022.

BEISIEGEL, C. de R. *A qualidade de ensino na escola pública*. Brasília: Liber Livro, 2005.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília-DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CALDAS, R. W. *Políticas públicas: conceitos e práticas*. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008.

DALLARI, D. de A. *Elementos de teoria geral do Estado*. 32. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.

DUARTE, C. S. Direito público subjetivo e políticas educacionais. *São Paulo em Perspectivas*, v. 18, n. 2, p. 113-18, São Paulo, jun. 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392004000200012&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200012&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 19set2022.

EASTON, D. *A framework for political analysis*. Engle wood Cliffs: Prentice Hall, 1965.

FIORIN, J. L. *Tendências da análise do discurso*. Estudos Linguísticos, v. 19, p. 173-9, 1990.

FONTANA, F. Técnicas de pesquisa. In: MAZUCATO, T. (org.). *Metodologia da pesquisa e do trabalho científico*. Penápolis-SP: FUNEPE, 2018. p. 59-78.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo-SP: Atlas, 2002.

JULIANI, D. P. Utilização das redes sociais na educação: guia para o uso do Facebook em uma instituição de ensino superior. *Revista Renote – Novas Tecnologias na Educação*, v. 10, n. 3, 2017.

LYNN, L. E. *Designing public policy: a casebook on the role of policy analysis*. Santa Monica: Goodyear, 1980.

MEAD, L. M. Public Policy: vision, potential, limits. *Policy Currents*, [S.l.], p. 1-4, feb. 1995.

PETERS, B. G. *American Public Policy*: Chatham House, 1986.

ROMANELLI, O. de O. *História da educação no Brasil*. 3. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1982.

SECCHI, L. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SERDYUKOV, P. Innovation in education: what works, what doesn't, and what to do about it?. *Journal of Research in Innovative Teaching & Learning*, 2017, v. 10, n. 1, p. 4-33. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/352569560\\_Innovation\\_in\\_Education](https://www.researchgate.net/publication/352569560_Innovation_in_Education). Acesso em: 15out2022.

SILVA, P. H. G. da. *Uma proposta de Projeto Político Pedagógico para as Escolas Estaduais Indígenas M̃atyk e Tekator: contribuições para uma educação escolar Apinayé Bilíngue e Intercultural*. Tese (Doutorado do Programa de Pós-graduação em Letras – Ensino de Língua e Literatura.) – Universidade Federal do Norte do Tocantins, *Campus Araguaína*, Araguaíns-TO, fevereiro de 2022.

SPICKER, P. *Social Policy: theory and practice*. 3. ed. Bristol: Policy Press, 2014. Disponível em: <http://www.spicker.uk/books/socpol3.htm>. Acesso em: 10out2022.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. *Revista AATR*, Salvador, 2002. Disponível em: [http://www.fit.br/home/link/texto/politicas\\_publicas.pdf](http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf). Acesso em: 11set2022.